



PSD p.6

“Uma nódoa na história do PS”



PSD p.7

Portugal precisa de um executivo em “plenitude de funções”

POVO LIVRE



nº 1898

18 de Novembro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PS PROPÕE UMA “FRAUDE ELEITORAL”

O presidente do PSD esteve na sessão de encerramento das jornadas “Portugal: Caminhos do futuro”





Encerramento das jornadas “Portugal: Caminhos do futuro”

PS propõe uma “fraude eleitoral”

O Primeiro-Ministro desafiou o PS a aceitar fazer uma revisão constitucional para que rapidamente possa haver novas eleições legislativas. “Estou inteiramente disponível para dar o meu apoio a uma revisão constitucional extraordinária que garanta a possibilidade de o parlamento ser dissolvido para que seja o povo português a escolher o seu Governo. Se aqueles que querem governar na nossa vez não querem governar como golpistas ou como fraudulentos, deveriam aceitar essa revisão constitucional e permitir a realização de eleições”, afirmou Pedro Passos Coelho, numa sessão pública promovida pelo PSD e CDS-PP, em Lisboa, 12 de Novembro.

No mesmo sentido, o presidente do PSD declarou: “Quem quer governar em alternativa a quem ganhou as eleições, se quer governar com apoio popular, se quer governar de acordo com a vontade do povo, devia comprometer-se em garantir as condições para a dissolução do Parlamento, para que fosse o povo a escolher aquilo que lhes foi ocultado na altura das eleições”.

Em seguida, Passos Coelho voltou a lembrar o PS que não conte com os votos das bancadas à sua direita, se formar Governo no actual quadro político: “Se não aceitarem [fazer uma revisão constitucional], se preferirem governar como quem assalta o poder e defrauda os eleitores, então, como eu disse no Parlamento, não têm nenhuma legitimidade para ao PSD e ao CDS exigirem seja o que for. Têm de se bastar a si próprios”.

Antecipando perguntas dos jornalistas, o presidente do PSD adiantou: “Nós votaremos de acordo com a nossa consciência e como quisermos”. Depois, aconselhou a comunicação social a questionar os partidos da oposição: “Eles é que têm de dizer como



é que vão votar daqui para a frente”.

Passos Coelho acusou os partidos da oposição de estarem a “decidir na vez dos portugueses” a formação de um Governo do PS apoiado por BE, PCP e PEV, insistindo na necessidade de novas eleições. “Se o país não quer regressar às etapas difíceis e que já venceu do seu processo democrático, em vez de andar a saltar o muro para o outro lado, do que nós precisamos é que os políticos admitam com humildade o resultado das últimas eleições, e se essa humildade não tiverem, que se comprometam com umas novas eleições para que seja o país a escolher aquilo que quer”, disse.

“Representantes dos portugueses que, menos de cinco semanas depois das eleições, já estão a decidir na vez dos portugueses que Governo devem fazer, esses representantes deviam prestar contas rapidamente”, advogou.

Na sessão de encerramento das jornadas “Portugal: Caminhos do futuro”, que percorreram todos os distritos do país, Passos Coelho afirmou que o executivo proposto pelo PS “representa uma fraude eleitoral e um golpe político” e não deveria “vir a nascer, nem na anormalidade” actual. Passos Coelho reiterou que este “não é um tempo normal”, e que “será muito difícil que algum dia o país aceite o resultado que se está a formar na Assembleia da República”.

Depois, defendeu que a proposta de executivo do PS com apoio parlamentar de BE, PCP e PEV, não corresponde a um “Governo estável, duradouro, coeso, consistente”, para concluir: “Portanto, nem na anormalidade do tempo que vivemos é normal vir a nascer um Governo mais minoritário do que aquele que se derrubou”.

Referindo-se ao secretário-geral do PS, António Costa, o presidente do PSD especificou: “Ele disse





que nunca inviabilizaria um Governo se não tivesse em alternativa um Governo estável, duradouro, coeso, consistente". Ouviram-se risos na sala. "E esse Governo não existe".

O Parlamento deve respeitar a vontade popular

Para o líder do PSD, não se pode governar "contra a maioria absoluta do Parlamento", pelo que em circunstâncias normais a Assembleia da República deveria ser dissolvida. "E se o Parlamento não respeita a vontade popular, a vontade que os eleitores manifestaram nas urnas, em circunstâncias normais, esse Parlamento deveria ser dissolvido, para que fosse o povo a decidir que Governo desejaria ter".

Até que haja novas eleições, o presidente do PSD assegurou que não deixará "de lutar", dentro das instituições e não só: "Em todo o lado em que a nossa participação cívica se possa expressar, porque nós respeitamos as instituições, mas há uma dimensão cívica e política no país que está para além das instituições que também tem de se fazer ouvir em Portugal".



Primeiro-Ministro envia mensagem de solidariedade ao povo francês



O Primeiro-Ministro português expressou condolências e solidariedade ao presidente François Hollande e ao povo francês. Pedro Passos Coelho manifestou o repúdio de Portugal “de toda a forma de terrorismo”, numa reacção aos atentados de sexta-feira noite em Paris. “Tendo tomado conhecimento dos atentados, esta noite, ocorridos em Paris, quero expressar, em meu nome pessoal, do meu Governo e do povo português, a Vossa Excelência, às famílias enlutadas e a todo o Povo francês, as mais sentidas condolências e a mais sincera solidariedade face aos trágicos acontecimentos que assolaram a França”, afirmou Pedro Passos Coelho, na mensagem enviada ao Presidente da República francês.

O Primeiro-Ministro salienta que “Portugal repudia firme e veementemente toda a forma de terrorismo, que tem como único propósito colocar em causa a segurança e a estabilidade das nossas sociedades e dos nossos Povos”.

O Primeiro-Ministro deixou “uma palavra de pesar” às famílias das vítimas portuguesas dos atentados de sexta-feira em Paris, e “uma palavra de forte alento” à comunidade portuguesa em França. “Quero, igualmente, deixar uma palavra de pesar às famílias das vítimas portuguesas, a quem, de resto, também enviei mensagem de condolências, e uma palavra de forte alento à nossa grande comunidade residente em França”, afirmou o chefe do executivo numa sessão de homenagem, realizada nos jardins da residência oficial, em Lisboa, durante a qual, ao meio dia em ponto, se fez um minuto de silêncio.

“Os nossos pensamentos estão também com os nossos compatriotas, neste trágico momento que a todos repugna e afecta. Quero que saibam que terão sempre o nosso apoio”, acrescentou.

De acordo com o Primeiro-Ministro, é urgente encontrar respostas conjuntas mais eficazes no combate ao terrorismo e que isso implica um reforço da cooperação no plano da União Europeia e a nível internacional. “É urgente

encontrar respostas conjuntas cada vez mais eficazes no combate ao terrorismo, o que implica, desde logo, uma melhor e mais reforçada cooperação em vários domínios entre todos os Estados-membros”, declarou Passos Coelho, numa intervenção de cerca de três minutos.

Estiveram presentes nesta cerimónia os embaixadores dos Estados-membros da União Europeia em Lisboa e também o ex-presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, que segunda-feira de manhã foi recebido pelo Primeiro-Ministro português.

O grupo extremista Estado Islâmico (EI) reivindicou, em comunicado, os atentados em Paris, que causaram 129 mortos, entre os quais dois portugueses, e 300 feridos, 80 em estado grave.

Secretário de Estado das Comunidades prestou homenagem às vítimas

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, prestou homenagem, em Paris, às vítimas dos atentados, em particular aos cidadãos nacionais, depositando um ramo de flores junto ao Le Bataclan. Acompanhado pelo embaixador português em Paris, José Filipe Moraes Cabral, e pelo cônsul-geral, Paulo Neves Pocinho, o governante depositou um ramo de flores junto à sala de espectáculos, um dos três locais dos ataques terroristas. “Prestei uma pequena homenagem aos mortos, a todos, e particularmente aos portugueses”, declarou José Cesário. Na sua deslocação a Paris, o secretário de Estado das Comunidades reuniu-se com os funcionários do consulado-geral, a quem agradeceu o esforço ao longo do fim-de-semana.

De acordo com o governante, “dezenas de pessoas” contactaram o consulado-geral, em Paris, e o gabinete de emergência consular, em Lisboa, “a pedir informações”,

maioritariamente a relatar desconhecer o paradeiro de familiares. “Os funcionários estiveram em piquete permanente”, afirmou José Cesário, que acrescentou que “todas as questões suscitadas foram respondidas”. Mais tarde, José Cesário encontrou-se com representantes da comunidade portuguesa, a quem expressou a sua solidariedade e também “de muitos portugueses” espalhados pelo mundo, que lhe pediram que transmitisse uma palavra de solidariedade aos cidadãos nacionais que residem em França.



Jorge Moreira da Silva nas jornadas “Portugal: Caminhos do futuro”

“Uma nódoa na história do PS”



Jorge Moreira da Silva classifica a operação de derrube do XX Governo como “imoral, ilegítima e indigna”, considerando-a “uma nódoa na história do PS que Mário Soares, Jorge Sampaio, António Guterres e António José Seguro não mereciam”. O vice-presidente do PSD discursou antes do líder do CDS-PP, dia 11, no Porto, no primeiro dia das jornadas “Portugal: Caminhos do futuro”, e não poupou nas palavras para criticar aquilo que apelidou de “operação de derrube do Governo”, considerando que esta “não tem ética, é imoral, é ilegítima e é indigna”.

Moreira da Silva destacou que a coligação PSD-CDS não confunde “a ética com a lei, porque a ética é mais do que a lei”. “O que ontem aconteceu é uma nódoa na história do PS que Mário Soares, Jorge Sampaio, António Guterres e António José Seguro não mereciam”, disse, ressaltando que os partidos que viram o seu programa de Governo rejeitado no Parlamento não têm “nenhum problema com os eleitores de esquerda”, porque estes também estão perante “um quadro de perplexidade”.

Jorge Moreira da Silva foi incisivo: “Esses eleitores votaram num programa e saiu-lhes um prato de lentilhas”. E esta situação “mina a confiança na recuperação da economia em Portugal”, acrescentou. “Não é um acordo, é um ‘caterpillar’, porque a sua vocação foi derrubar”, criticou, afirmando que o dito acordo entre os partidos da esquerda “não confere uma solução de governo estável e credível”.

Na opinião do vice-presidente do PSD, o referido acordo “origina uma solução de Governo mais minoritária do que a solução de Governo Portugal à Frente”, evidenciando que “aquela aritmética serviu para destruir, mas não há nenhuma garantia que sirva para construir”.

Jorge Moreira da Silva criticou os partidos da esquerda, realçando os “efeitos de desconfiança e de menor credibilidades que Portugal demorou quatro anos a conquistar com o sacrifício de todos os portugueses” resultantes da queda do Governo.

Na opinião de Moreira da Silva, a forma como o processo aconteceu traz “velhas querelas que estavam arrumadas entre esquerda e a direita” e “alarga o fosso entre cidadãos e política”. “E agora nós o que vamos fazer? Vamos fazer o que sempre fizemos. Defender o interesse Portugal de cabeça levantada. Nós não abandonamos o nosso país”, concluiu.



Portugal precisa de um executivo em “plenitude de funções”



O vice-presidente coordenador do PSD entende que “o país precisa de um Governo em plenitude de funções” e rejeitou a formação de um executivo do PS, considerando que seria “um golpe político” e uma “fraude eleitoral”. Marco António Costa assumiu esta posição numa conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, em que lamentou a existência de um “semestre branco” durante o qual a Constituição impede eleições legislativas antecipadas.

Interrogado sobre as declarações feitas pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, recordando anteriores governos que ficaram em funções de gestão durante meses, o porta-voz do PSD transmitiu a posição oficial do partido. “Nós entendemos que o país precisa de um Governo em plenitude de funções capaz de resolver os problemas que o país tem de enfrentar, e um Governo, seja ele qual for, que não esteja capacitado de poder enfrentar com toda a segurança os problemas que o país tem de resolver, necessariamente, não está a servir o interesse nacional”.

Nesta declaração, o vice-presidente do PSD acusou os partidos da oposição de terem desrespeitado o voto dos portugueses, num comportamento de “irresponsabilidade política”, e disse que Portugal está numa situação de “bloqueio” e “impasse”. Marco António Costa criticou o PS por recusar uma revisão constitucional extraordinária para alterar a norma segundo a qual “a Assembleia da República não pode ser dissolvida nos seis meses posteriores à sua eleição” e permitir que rapidamente haja novas legislativas. “É manifesto o receio do PS em devolver a palavra aos portugueses”, alegou.

Referindo-se a um possível Governo do PS com apoio do BE, PCP e PEV, apontou-o como “um golpe político contra os resultados eleitorais” e uma “fraude eleitoral” e sustentou que não se trata da prometida “uma alternativa sólida”.

Marco António Costa insistiu que, para o PSD, é inaceitável que um Governo do PS tome posse, repetindo as expressões “golpe político” e “fraude eleitoral”. Segundo o porta-voz do PSD, é clara a “condenação” do seu partido

à formação de um Governo do PS com apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, “não só pelo que ela comorá face aos resultados eleitorais, como ainda pela circunstância de nunca ter sido apresentada na fase da campanha eleitoral aos portugueses”.

PSD condena ataques e expressa orgulho na comunidade portuguesa

O porta-voz do PSD condenou os “bárbaros e cobardes ataques” de sexta-feira em Paris, manifestou solidariedade para com as famílias das vítimas e o povo francês e expressou orgulho nos portugueses residentes em França. Marco António Costa deixou “uma palavra de orgulho pela comunidade portuguesa em França” que, considerou, “teve atitudes que são hoje reconhecidamente apontadas pela imprensa francesa como de coragem, de abnegação e de solidariedade num momento de grande tensão”.

Em seguida, apelou à comunicação social portuguesa para que destaque o seu comportamento: “Julgo que vale a pena sublinhar, e apelo à imprensa também que continue a sublinhar. Essa é uma imagem de marca que os portugueses têm em França e que têm deixado um pouco por todo o mundo, como um povo generoso, disponível e corajoso”.

Em nome do PSD, Marco António Costa condenou “de forma veemente” esses atentados, que qualificou de “bárbaros e cobardes ataques”, e manifestou “pesar pela perda de vítimas inocentes” e “solidariedade para com as vítimas, suas famílias e também o povo francês”.

O porta-voz do PSD defendeu que é importante haver “uma cooperação mais estreita e mais eficaz em matéria de combate ao terrorismo por parte das autoridades europeias”. Marco António Costa referiu ainda que o PSD pôde acompanhar a situação em Paris e fazer “chegar proximamente” a sua solidariedade através do deputado Carlos Gonçalves, eleito pelo círculo da Europa.



Parceiros europeus expressam preocupação pela “incerteza da evolução económica”

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, ouviu dos seus parceiros europeus “preocupações pela incerteza da evolução económica que o país irá ter” durante os dois dias da cimeira euro-africana sobre migrações, que terminou, dia 12, em La Valletta, Malta. O chefe da diplomacia afirmou ter havido “uma manifestação de solidariedade, em alguns casos, política e noutros casos uma solidariedade natural de camaradagem que une as pessoas e do trabalho feito em comum”, no âmbito da rejeição do programa de Governo da coligação PSD-CDS/PP pelos partidos de esquerda.

Rui Machete acrescentou que o “traço comum” das reacções foi a “preocupação pela incerteza da evolução económica que o país irá ter”. A chanceler alemã, Angela Merkel, “lamentou apenas”, relatou Rui Machete, que acrescentou que o Primeiro-Ministro grego, Alexis Tsipras, ao lado de quem entrou para a sessão inaugural da cimeira, lhe perguntou “como estavam as coisas em Portugal”. “Eu fiz-lhe uma descrição objectiva, porque, provavelmente não teremos as opiniões idênticas, sobre os mecanismos institucionais que estão a ser aplicados e que disciplinam o que até agora aconteceu”, afirmou Machete, referindo que entre os dois se “comentou a rapidez na Grécia e a demora nas negociações em Portugal”.

Angola e Portugal têm “óptimas relações”

O ministro dos Negócios Estrangeiros garantiu que Angola tem “óptimas relações” com Portugal, num comentário às recentes declarações do Presidente José Eduardo dos Santos de que não deveria haver “saudosismos”. O chefe da diplomacia do Governo em gestão notou que,



com base nas informações que recebeu, o Presidente de Angola fez “declarações extremamente positivas em relação a Portugal e disse que Portugal era um parceiro muito próximo e que tem óptimas relações com Portugal”.

Com base nas declarações de José Eduardo dos Santos, Rui Machete concluiu que a política portuguesa, que

“tantas vezes foi criticada pela oposição, era uma política bem aceite pelo lado angolano”.

Rui Machete precisou que “uma coisa é criticar, um acto perfeitamente livre e sem criar dificuldades às relações bilaterais, e outra coisa é uma crítica que envolve insultos na televisão como eu tive oportunidade de ouvir”.

PSD preside a cinco comissões parlamentares



A conferência de líderes parlamentares decidiu atribuir a presidência de cinco comissões parlamentares ao PSD, cinco ao PS, uma ao CDS-PP e uma ao Bloco de Esquerda. O porta-voz da conferência de líderes, o deputado social-democrata Duarte Pacheco, informou que foram mantidas 12 comissões parlamentares, como na anterior legislatura. O PSD indicou o deputado Marco António Costa para presidir à Comissão de Defesa e a deputada Teresa Leal Coelho para presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. O PSD indicou ainda os deputados José Matos Rosa, Regina Bastos e Feliciano Barreiras Duarte para presidir às comissões de Saúde, Assuntos Europeus e Trabalho, respectivamente.

Crescimento económico só será possível com um governo do PSD e do CDS/PP

O PSD e o CDS/PP do distrito de Setúbal acreditam que Portugal só conseguirá manter o rumo de crescimento com as políticas defendidas pelo Governo liderado por Passos Coelho. A importância deste Executivo, que corporiza um projecto capaz de manter a retoma do crescimento económico, a criação de emprego, promover a recuperação gradual dos rendimentos e com isso combater as desigualdades sociais, foi uma das principais ideias a retirar das jornadas "Portugal: Caminhos de Futuro", realizadas em Setúbal, no passado dia 11 de Novembro.

Durante a sessão, foi sublinhado que a coligação Portugal à Frente foi, inequivocamente, a força política mais votada nas eleições legislativas no dia 4 de Outubro, estando, por essa via, detentora da legitimidade política para formar governo e, para Pedro Passos Coelho ser o próximo Primeiro-Ministro.

O PSD e o CDS criticaram duramente a maioria de es-



querda existente no Parlamento, constituída pelo PS, CDU e BE, que não concorreu coligada nestas mesmas eleições e, por conseguinte, não tem legitimidade política para andar em conversações a formar pretensos governos de esquerda.

Foi ainda lembrado que Portugal não se pode dar ao luxo de entrar em aventureirismos políticos, que apenas terão como consequência a assinatura de um segundo resgate financeiro, que afetará a confiança e a estabilidade económica e financeira do país e dos portugueses junto dos credores e dos investidores, à semelhança do que tem acontecido com a Grécia e do qual, Portugal não quer repetir essa experiência.

Nesta iniciativa, estiveram presentes os presidentes das distritais de Setúbal do PSD e do CDS/PP, Bruno Vitorino e Nuno Magalhães, respectivamente, e também, em representação das nacionais dos dois partidos, Pedro Pinto, pelo PSD, Adolfo Mesquita Nunes, pelo CDS-PP.

É essencial a continuação das reformas na defesa

O ministro da Defesa considera fundamental que "sejam prosseguidas as políticas de consolidação da reforma estrutural" do sector. José Pedro Aguiar-Branco presidiu, dia 11, pela última vez na qualidade de ministro da Defesa, à cerimónia comemorativa do 92.º aniversário da Liga dos Combatentes, deixando um apelo para que sejam prosseguidas "as políticas de consolidação da reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas". "Só desse modo podemos manter Portugal como um dos mais prestigiados contribuintes para a segurança, estabilidade e paz internacionais. Hoje, como ontem, vivemos momentos de apreensão e de incerteza", disse, dirigindo-se aos militares.

A cerimónia assinalou ainda o 41.º aniversário do fim da guerra colonial, o 97.º aniversário do dia do Armistício da Grande Guerra e a evocação do centenário da Grande Guerra.

No discurso, José Pedro Aguiar-Branco frisou que os acontecimentos do leste europeu, Mediterrâneo, Magrebe e Médio Oriente "alteraram profundamente a agenda da segurança internacional" e colocaram outros desafios à comunidade internacional. Em jeito de balanço do mandato, Aguiar-Branco considerou que foram "criadas as condições para garantir umas Forças Armadas mais modernas, mais operacionais e mais sustentáveis".



O ministro sublinhou ainda que "apesar da grande crise financeira, económica e social e da inerente escassez de meios financeiros", o governo colocou "as medidas e as políticas sociais como prioridades da Defesa", destacando a actualização das pensões dos deficientes das Forças Armadas.

7,6 mil milhões de euros para projectos de Transportes

A Comissão Europeia acaba de lançar o segundo convite para a apresentação de propostas, no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa, para projectos na área dos Transportes, com um orçamento total de 7,6 mil milhões de euros. Para os Países da Coesão (onde Portugal está inserido com a Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa e Roménia) está reservado um bolo no total de 6,5 mil milhões de Euros do envelope do Fundo de Coesão.

Para a deputada Cláudia Monteiro de Aguiar, membro efectivo na Comissão dos Transportes e Turismo (TRAN), "esta é uma oportunidade que Portugal não pode perder

e desafio os diversos promotores a apresentar projectos inovadores na área dos Transportes. Há imensos projectos que podem ser financiados como por exemplo na área dos sistemas de transporte inteligentes e sistemas de gestão do tráfego para a ferrovia, em inovação nos segmentos de transporte aéreo e as vias navegáveis" reforçando ainda a "importância deste financiamento para projectos que permitam reduzir as disparidades regionais e a oportunidade para alavancar a economia Portuguesa."

As candidaturas devem ser entregues até ao dia 16 de Fevereiro de 2016. Esta semana, no dia 13 de Novembro, a Comissão Europeia organiza em Bruxelas um dia Informativo para responder a questões técnicas no processo de candida-

tura. Existe também um portal de apoio permanente às candidaturas - <http://www.eib.org/eiah/> - para que as propostas apresentadas cumpram os requisitos e critérios pedidos. Os resultados dos convites à apresentação de propostas serão publicados o final do mês de Junho do próximo ano.

Caso o dinheiro disponibilizado não seja alocado na totalidade em projectos nos Países da Coesão, a Comissão Europeia comprometeu-se, em declarações na Comissão TRAN, a abrir um terceiro convite para a apresentação de novas candidaturas.

A primeira lista de projectos foi aprovada em Junho deste ano, contando com um conjunto de 276 projectos.

Governo termina processo de privatização da TAP

O Governo aprovou em Conselho de Ministros a minuta final do acordo relativo à conclusão do processo de privatização da TAP, considerando que a celebração do contrato é uma necessidade urgente e inadiável. Segundo a secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo Branco, a alteração ao acordo de venda à Gateway de 61% do capital da TAP prevê a antecipação do plano de capitalização, com a entrada imediata de cerca de 150 milhões de euros na transportadora. "Esta alteração é extremamente importante, porque permite antecipar a entrada de capital na TAP tendo em conta a urgência de reforçar a tesouraria" da companhia aérea, explicou a governante em conferência de imprensa no final do Conselho de Ministros.

A segunda fatia de cerca de 120 milhões de euros, sob a forma de obrigações convertíveis, terá que ser paga pelo consórcio até 23 de Junho de 2016. "Se não entrar até 23 de Junho - e isto é muito importante - a transacção reverte, mas com a capitalização que entretanto recebeu, com os fundos que agora não tem e que o Estado não pode conceder, porque senão entra num processo de ajudas de Estado", realçou a governante.

Isabel Castelo Branco explicou que o acordo inicial, celebrado em 24 de Junho, previa uma injeção de 338 milhões de euros, tendo 269 milhões de euros que ser pagos até 23 de Junho de 2016 - data limite para o 'closing' [fecho] da operação -, acrescidos de 17 milhões de euros por trimestre ao longo do próximo ano.

Segundo a governante, o pagamento trimestral mantém-se como inicialmente previsto, antecipando-se a capitalização de parte dos 269 milhões de euros (150 milhões de euros).

O ministro da Presidência afirmou que o "imminente colapso" financeiro da TAP levou o Governo a actuar de imediato no fecho da privatização da empresa, acusando o PS de



estar a ser "prepotente" e "arrogante" sobre a matéria. "Os governos quando estão em gestão aquilo que podem fazer é limitar-se à prática de actos urgentes e inadiáveis para o tratamento dos negócios públicos e funcionamento da administração", afirmou Luís Marques Guedes, em conferência de imprensa, no final da reunião do Conselho de Ministros.

A TAP, sublinhou, encontra-se num "imminente colapso financeiro" e há o "risco objectivo de aviões ficarem sem gasolina e os próprios salários de muitos trabalhadores da empresa" estarem ameaçados. "A entrada de capitais na empresa é inadiável", prosseguiu o governante, e "é essa a razão pelo que o governo, embora em gestão, não pode deixar cair a empresa".

Marques Guedes acusou os socialistas de fazerem uma "pressão sobre a Parpública", uma "atitude de uma enorme prepotência e de uma profunda hipocrisia". "Aquele carta é uma ameaça à administração da Parpública", advertiu o ministro da Presidência, referindo-se à missiva do PS, que "revela uma prepotência e arrogância que de facto surpreende". E acrescentou: "Não acredito que um partido como o PS desconheça a situação da empresa".

Comunicado do Conselho de Ministros de 12 de Novembro

1. O Conselho de Ministros aprovou a minuta final do Acordo relativo à conclusão do processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A., cuja celebração, e consequente entrada imediata de fundos na companhia, constitui uma necessidade urgente e inadiável para a salvaguarda dos interesses públicos prosseguidos pela empresa.

2. O Conselho de Ministros autorizou a despesa da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., relativa aos acordos de cooperação, referentes à aquisição de prestações de saúde, com as Santas Casas das Misericórdias de Esposende, Fão, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Póvoa de Lanhoso, Riba de Ave e Vila Verde, para o período 2015/2020.

Estes acordos, que consubstanciam a continuidade do modelo de contratualização em vigor, dão expressão ao modelo de complementaridade já existente e contribuem para uma melhor resposta na prestação de cuidados de saúde à população servida.

PSD/Açores vai votar contra o Plano e Orçamento da região para 2016



O presidente do PSD/Açores anunciou que o PSD vai votar contra o Plano e Orçamento da região para 2016, alegando que os documentos do governo regional socialista têm “falta de credibilidade”. “A incapacidade de cumprir as expectativas levou a que, para 2015, votássemos contra o Plano e Orçamento e, para 2016, fá-lo-emos de novo pela falta de credibilidade dos documentos e porque num último ano de legislatura já não se pode esperar novidade nem a capacidade de corrigir erros ou melhorar a governação”, afirmou Duarte Freitas, no encerramento das jornadas parlamentares do PSD/Açores, em Ponta Delgada, sexta-feira.

O líder do PSD/Açores recordou que em 2013 e 2014 o PSD absteve-se, considerando que foram dadas “oportunidades suficientes ao Governo (socialista) para que não existissem desculpas para o cumprimento das suas promessas”.

Segundo Duarte Freitas, no Plano para 2016 na rubrica projecto escolar consta uma vez mais a Escola Secundária das Lajes do Pico, “que faz parte dos Planos há 17 anos”, indicando que este “é o culminar de uma governação socialista que virou costas a quem a elegeu e só pensa nos

interesses dos dirigentes do PS”.

“O Plano e Orçamento para 2016 que o Governo Regional leva ao parlamento regional não altera em nada o estado de fraqueza da economia açoriana, nem as condições sociais em que vivemos na região. É mais um rol de palavras. É mais um rol de números frios, distantes, que ignoram e escondem o sofrimento de milhares de famílias açorianas, que escondem o desespero por que passam milhares de agricultores, pescadores e trabalhadores em geral”, disse Duarte Freitas.

Classificando os documentos de “burocráticos e insensíveis” Duarte Freitas referiu que o PSD “não pode continuar a dar cheques em branco” e adiantou que os sociais-democratas vão apresentar propostas de alteração dentro dos prazos estabelecidos, que incluem, entre outras matérias, a criação de um “Observatório do Leite” e o corte no número de administradores do sector público empresarial.

Para Duarte Freitas, o que importa é “aliviar o sofrimento de milhares de crianças que precisam de apoios sociais, dezenas de milhares de doentes que esperam por uma consulta ou cirurgia, tentar garantir aos empresários melhores condições para que possam criar riqueza e mais postos de trabalho e dar esperança aos jovens que querem trabalhar, criando estabilidade nas suas vidas”.

O líder do PSD/Açores sublinhou que o arquipélago tem uma taxa de desemprego de 12,1% e de desemprego jovem superior a 30%, 67.000 açorianos não têm médico de família e existe uma taxa de abandono escolar precoce de 34%.

“Estes dados espelham a falência desta governação e dão-nos mais força para a construção da alternativa a esta governação socialista, que ignora e despreza os cidadãos”, frisou Duarte Freitas, garantindo apresentar um programa de governo novo e uma nova equipa aos açorianos nas eleições regionais em 2016.



Número 636 • 4 DE DEZEMBRO DE 1986 • Preço 30\$00



Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

RECORDANDO SÁ CARNEIRO

por Cavaco Silva

O Tempo passa. A Memória fica.

Faz hoje seis anos. Seis anos sobre aquela fria noite de Dezembro que deixou Portugal transido: o seu Primeiro-Ministro tinha morrido num pequeno avião que se despe- nhara.

Era difícil acreditar porque tudo fora rá- pido demais.

Francisco Sá Carneiro fora um meteoro político de invulgar força e brilho. Ainda jovem, o seu nome e o seu perfil inconfundível já eram conhecidos do tempo em que falar na Assembleia Nacional contra o regime vigente era considerado um sacrilégio.

E ele ousava esse sacrilégio, até ao ponto de ruptura.

Depois da revolução de Abril, apareceu de novo a marcar presença na política, que queria ver renovada, no caminho da construção de um Portugal mais livre, mais justo, mais progressivo.

E foi impossível ignorá-lo porque ele atraía magneticamente as pessoas de boa vontade, ele sacudia o sistema que não queria ver cair no imobilismo totalitário.

Por ele ou contra ele, mas nunca a indiferença, foi uma das características que mais marcaram a passagem de Sá Carneiro

pela vida pública nacional.

É precisamente quando tinha atingido o ponto mais alto da sua carreira política, depois de provas dadas como Primeiro-Ministro e uma vitória eleitoral que vinha abrir mais caminhos de esperança à Pátria que amava acima de qualquer glória pessoal que, num momento, desaparece.

Francisco Sá Carneiro morreu na plenitude como homem e como estadista, dizemos nós tentando atenuar esta imensa mágoa que é, ainda hoje, para os portugueses em geral, e para todos os social-democratas em particular, o desaparecimento de alguém que tinha atraído sobre a sua figura aparentemente frágil a tarefa enorme de dar de novo ao povo o orgulho de o ser.

Os anos passam. Ficamos a obrigação de não esquecer, de entregarmos o testemunho da força anímica dos que foram grandes, aos jovens que não os conheceram, de recordarmos juntos os que partiram, deixando para trás um sonho inacabado.

Francisco Sá Carneiro é para nós, que o conhecemos e admiramos, um homem que caiu com um sonho nas mãos, um sonho que abrangia todo um país e todo um povo.

Seis anos depois, a melhor forma que temos de o homenagear, para lá de não o deixarmos morrer na nossa memória colectiva, é cumprir o que ele deixou inacabado, porque isso será cumprir Portugal.

4 de Dezembro. Tempo de recordar.



Tempo de nos interrogarmos o que é, hoje, para nós Francisco Sá Carneiro, para lá de uma saudade na memória.

Ele deve ser o exemplo de coragem, honestidade, inteligência viva, talento político, capacidade de trabalho até ao sacrifício, do amor à terra e às suas gentes.

O exemplo do estadista do século XX com os olhos postos no futuro mas sem esquecer a mensagem do passado.

O exemplo do chefe que não vai à frente,

mas avança lado a lado com os outros num caminho que pertence a todos.

O exemplo do homem que não pensava em si quando era preciso pensar primeiro nos outros: os fracos, os pobres, os desprotegidos da vida.

O Tempo passa. A Memória fica.

Que fique para sempre conosco a memória de um Homem que queria cumprir Portugal.

Esse homem desapareceu faz hoje seis anos.

A HORA, AGORA, É NOSSA!

MISSA POR ALMA DE SÁ CARNEIRO

A Comissão Política Nacional manda celebrar hoje, às 19 horas, na Igreja dos Salesianos (aos Prazeres), em Lisboa, missa do 6.º aniversário da morte do militante número um e líder do PSD, Francisco Sá Carneiro.

«POVO LIVRE»

Devido ao feriado de dia 8, «Povo Livre», Na próxima semana, apenas será distribuído na quinta-feira, dia 11.

Tempo de antena do PSD

Hoje

na RTP 1

após o Telejornal das 19h30

Um Partido Vivo

De Sá Carneiro a Cavaco Silva



PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 18h00 na Quinta da Parada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único – Análise da situação política

CANTANHADE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede, sita no Edifício Rossio, 2º andar, sala 11, - Praça Marquês de Marialva, - Cantanhede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 - Eleição da Comissão Política de Secção
2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatuta-

riamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 16h00 na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00



CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir de forma ordinária, no dia 28 de Novembro de 2015 (sábado), pelas 14h30, na Biblioteca Municipal de Albergaria-a-Velha, sita na Praça D. Teresa, nº 7, código postal 3850-137 Albergaria-a-Velha, em Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Legislativas 2015 – análise;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos;

RECTIFICAÇÃO CASCAIS

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Cascais para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 12 de Dezembro de 2015 (Sábado), pelas 20h00m, na sede Concelhia do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário da JSD Cascais.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 20h00m e as 22 horas.

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Núcleo Litoral do concelho do Porto para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 18 de Dezembro de 2015, pelas 21h00m, na sede distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do núcleo JSD Litoral.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

PROGRAMA

PROGRAMA DA II EDIÇÃO DA ACADEMIA DO PODER LOCAL
Guarda, 04 a 06 de dezembro

Academia do Poder Local



SEXTA-FEIRA, 04.DEZEMBRO

16.00 – 17.30

Recepção dos participantes, registo, check-in

18.00

Missa Evocativa em Memória de Francisco Sá Carneiro na Sé da Cidade da Guarda

19.30 – 20,15

Sessão Evocativa em Memória de Francisco Sá Carneiro **Presidida pelo Presidente do PSD. Dr. Pedro Passos Coelho, na Sala de Conferências do Hotel Lusitânia**

20.15 – 21,30

Jantar de Abertura da Academia **Presidente do PSD - Dr. Pedro Passos Coelho**

21.30 – 23.30

Poder Local na Coesão Nacional **Paulo Rangel - Deputado Europeu e Vice-Presidente do PPE**

SÁBADO, 05.DEZEMBRO

10.00 – 12.00

Poder Local – enquadramento e perspetivas

António Leitão Amaro - Deputado e ex-Secretário de Estado da Administração Local

12.30 – 15.00

As novas realidades sociais (almoço-debate)

Luis Filipe Pereira - ex-Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Económico e Social

15.15 – 17.15

Ambiente, ordenamento e energia – novos desafios

Jorge Moreira da Silva - Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

17.15 – 17.45

Intervalo para café

17.45 – 19.45

Intermunicipalismo e o Portugal 2020

Fernando Ruas - ex-Presidente da ANMP e Deputado Europeu

20.00 – 23.00

O empreendedorismo e a competitividade dos territórios (jantar-debate)

Jorge Braga de Macedo - ex-Ministro das Finanças e Professor Universitário

DOMINGO, 06.DEZEMBRO

09.30 – 11.00

Falar Claro – O poder da comunicação

André Gustavo - Especialista em Marketing e Comunicação Política

11.00 – 12.30

Experiências Autárquicas – Mesa Redonda

Carlos Carreiras - Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Hermínio Loureiro - Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

Paulo Fernandes - Presidente da Câmara Municipal do Fundão

12.30 – 13.00

Assinatura do protocolo entre o PSD e os ASD sobre a estratégia de formação autárquica/2017

Secretário-Geral do PSD José Matos Rosa e Presidente da CPN/ASD Álvaro dos Santos Amaro

13.00 – 13.30

Encerramento e distribuição de diplomas

Sessão presidida pelo Vice-Presidente Coordenador do PSD Marco António Costa

13.30

Almoço de Encerramento